

Capítulo V

A modernização do jornalismo político em Portugal durante o período marcelista (1968-1974)

The modernization of political journalism in Portugal during the Marcelismo (1968-1974)

Carla Baptista

Universidade Nova de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Comunicação da NOVA — ICNOVA
carla.baptista@fcs.unl.pt

Resumo: A modernização do jornalismo político português teve uma evolução positiva durante o regime marcelista. As transformações da década anterior, sobretudo ao nível das tecnologias, da estrutura financeira dos jornais e das exigências informativas de uma comunidade de leitores cada vez mais politizados, juntam-se a uma nova situação política marcada pela multiplicação das oposições e das resistências ao regime. No plano jornalístico, verifica-se uma renovação das formas de expressão e o início de um movimento de profissionalização com tradução ao nível laboral, político e ético.

Palavras-chave: Marcelo Caetano; Portugal; jornalismo político; redações; poder

Abstract: The modernization of Portuguese political journalism had a positive evolution during the Marcellin regime. The transformations of the previous decade, especially in terms of technology, the financial structure of newspapers and the informational demands of a community of increasingly politicized readers, are added to a new political situation marked by the multiplication of opposition and resistance to the regime. At the journalistic level, there was a renewal of forms of expression and the beginning of a professionalization movement with translations at the labor, political and ethical levels.

Keywords: Marcelo Caetano; Portugal; political journalism; newsrooms; power

A política de informação de Marcelo Caetano

Após a demissão de António de Oliveira Salazar, devido a doença, em 1968, e a nomeação de Marcelo Caetano para liderar o governo, este vai empenhar-se ativamente na promoção da sua imagem pública. Ausente há dez anos da vida política, sabia que precisava de visibilidade e do apoio popular. Caetano irá governar os primeiros dois anos em autêntico *estado de graça*, recebendo ovações nas suas numerosas deslocações pelo país. As mudanças no trato com os jornalistas começaram ainda antes da tomada de posse, durante o processo negocial que conduziu à sua nomeação, e tornaram-se muito expressivas na cerimónia de tomada de posse, em setembro de 1968, que configura uma verdadeira operação mediática absolutamente inédita quando comparada com todo o período salazarista.

A revista *Flama* dedicou ao acontecimento uma grande reportagem, ilustrada com fotografias de Marcelo Caetano posando no jardim da residência privada, em Alvalade, rodeado dos 12 netos, além de imagens recolhidas durante a cerimónia de tomada de posse, tão concorrida que os largos salões e corredores do Palácio de São Bento foram pequenos para conter o mar de gente que ali ocorreu. Terminava com uma frase profética dirigida aos jornalistas: “O novo Presidente do Conselho abriu as portas do gabinete aos repórteres fotográficos. Um dia antes, dissera aos jornalistas que o abordaram nas escadas de São Bento: Vamos encontrar-nos com grande frequência”¹.

1 *Flama*, número 1074, 4 de outubro de 1968, p. 37.

A *persona* do novo presidente do Conselho foi rapidamente fixada na narrativa jornalística em torno de dois eixos: por um lado, o brilhante professor universitário de Direito; por outro, o amável e caloroso homem de família, cuja rotina de vida era bem diferente da solitária existência do seu predecessor. Estes dois traços eram exatamente o que Caetano precisava: o primeiro granjeava-lhe admiração intelectual entre as elites; o segundo tornava-o uma pessoa simpática e *fácil de gostar* pelo povo.

A segunda preocupação foi levada suficientemente a sério para que a edição do *Diário de Notícias* do dia 27 de setembro de 1968, maioritariamente consagrada à apresentação ao país de Marcelo Caetano², incluísse, na página 8, três fotografias relativas à infância, juventude e maioridade do novo líder: “Ainda criança, com 11 anos; com a capa negra de estudante de Direito; e com as insígnias de Doutor em Direito”, além de uma extensa coleção de imagens documentando as etapas mais importantes do seu percurso anterior: ao lado de Salazar, numa visita à Feira das Indústrias; ao lado do Presidente da República, Américo Tomás, e de Franco Nogueira; com a farda de comissário nacional da Mocidade Portuguesa, sendo entrevistado em Paris por um jornalista da United Press.

A primeira página do *Diário de Notícias* do dia 2 de outubro de 1968 é igualmente paradigmática da forma como a biografia de Marcelo Caetano foi construída na narrativa jornalística como uma mistura surpreendente, mas benéfica, de traços aparentemente inconciliáveis: o próximo homem-forte do país era inteligente, afetuoso e popular. Em cima, ostentava uma fotografia sua ladeado pelos ministros do novo governo no dia em que este se reuniu pela primeira vez, tendo logo anunciado um extenso pacote de medidas, assim resumidas pelo jornal:

O Presidente do Conselho expôs as linhas gerais da orientação a seguir pelo governo; simplificação da acção governativa; aprovada a criação da Secretaria de Estado da Informação e do Turismo (SEIT); prioridade para a solução dos problemas da deficiência das escolas superiores da capital.

Em baixo, ao centro, publicava uma fotografia com a seguinte legenda: “No jardim da sua residência, no Bairro de Alvalade, o prof. Marcelo Caetano, rodeado pelos seus 12 netos: esta imagem tem sido a mais focada pela Imprensa internacional.”

Já na edição de 28 de setembro de 1968, na página 9, o *DN* incluía uma *caixa* com o título “Um chefe de governo que é chefe de família”, na qual se lia:

2 O *Diário de Notícias* transcreveu, na página 9, um *telex* da Agência de Notícias e Informação (ANI) reproduzindo os comentários elogiosos da imprensa estrangeira ao novo governante. Um dos jornais citados, o *Financial Times*, valorizou o perfil europeísta de Caetano: “É um europeu a cem por cento — conclui o *Financial Times*.”

Um dos traços que mais profundamente vincam a personalidade do actual Presidente do Conselho diz respeito à sua vida familiar, desenhando-lhe uma figura cujo recorte humano o aproxima do povo que, a partir de ontem, vai governar. Filho de um funcionário das alfândegas, o sr. José Maria Alves Caetano, e da sra. D. Josefa Abreu das Neves Caetano, Marcelo Caetano recebeu do carácter paterno a linha vertical de uma honestidade absoluta, e um inflexível respeito pela noção de dever.

No dia da tomada de posse, bem como nos seguintes, Marcelo Caetano foi alvo de uma intensa cobertura mediática que suscitou um frenesim pouco habitual entre os jornalistas. Passaram a vigiar-lhe a casa, uma moradia no bairro de Alvalade, seguindo-lhe todos os passos, incluindo as deslocações de automóvel; entraram no gabinete do Palácio de São Bento, que o próprio exibiu à curiosidade pública no primeiro dia de trabalho, deixando-se fotografar e filmar sentado na mesa que Salazar utilizara durante 40 anos, numa clara tentativa de dessacralização do espaço e dos objetos; seguiram-no pelos corredores da Assembleia Nacional e, finalmente, foram afastados com uma frase emblemática: “Agora deixem-me trabalhar!”

O *DN* tituló na primeira página da edição do dia 29 de setembro de 1968: “Ontem, de manhã, em São Bento, o Presidente do Conselho começou a trabalhar. Simpatia pela Imprensa e amizade pelo Brasil nos primeiros actos do prof. Marcelo Caetano.” O modelo de relação que pretendia desenvolver com os *media* foi mencionado no próprio discurso de tomada de posse³, proferido num cenário digno de uma estrela *pop*, segundo a enfática descrição do *DN*:

Sentados em dois cadeirões, os presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. Por detrás do Presidente do Conselho, de pé, os ministros, secretários e subsecretários de Estado. E comprimindo-se pelo salão fora, centenas de individualidades: antigos membros do governo, deputados, procuradores à Câmara Corporativa, altas patentes das Forças Armadas, professores universitários, figuras da vida económica, magistrados, antigos discípulos [...] Os projectores da televisão e do cinema fizeram um clarão de luz. Os repórteres da rádio proferiram as palavras introdutórias da reportagem do acontecimento. O Presidente do Conselho iniciou o seu discurso⁴.

Trata-se de um relato quase ingénuo, pródigo nas fórmulas retóricas adjectivantes e hiperbólicas com que habitualmente os jornais, em especial os officiosos, como era o *DN*,

3 Segundo a transcrição integral que o *DN* fez do discurso de tomada de posse, na sua edição de 28 de setembro de 1968, na página 8, Marcelo pediu o apoio do país para o ajudar a resolver os “ciclópicos trabalhos” que o esperavam e mencionou a ação da comunicação social: “Este apoio terá muitas vezes de ser concedido sob a forma de crédito aberto ao governo, dando-lhe tempo para estudar problemas, examinar situações, escolher soluções. Outras vezes será solicitado através da informação tão completa e frequente quanto possível, procurando-se estabelecer a comunicação desejável entre o Governo e a Nação.”

4 *DN*, 28 de setembro de 1968, p. 9.

destacavam as palavras dos políticos do Estado Novo: o discurso foi “notável”, amiúde interrompido por aplausos “francos e prolongados”, etc... O repórter do *DN*, e encontramos coberturas muito semelhantes noutros periódicos, mesmo nos ditos “progressistas”, assinalou com perspicácia a dupla condição dos jornalistas, que passaram a ser simultaneamente espectadores privilegiados da *cena* política e atores sociais. Os jornalistas estão no *quadro*, daí que seja relevante destacar as suas ações na descrição incluída na reportagem (o perguntar, o filmar, o iluminar) ou, como resume a legenda de uma das fotografias da primeira página, em que vemos um plano geral de Marcelo discursando, ladeado da *maquinaria* mediática: “O Presidente do Conselho revela o seu pensamento sobre as linhas mestras da Governação. Há em volta a curiosidade indiscreta das câmaras da TV e das objectivas dos fotógrafos, a presença dos microfones e a reflectida atenção da assistência”⁵.

Já na edição de 27 de setembro, os repórteres do *DN* dedicam extensas linhas à presença dos jornalistas em Belém:

Entretanto, haviam chegado ao Palácio de Belém brigadas dos serviços técnicos da rádio, da televisão e do cinema, a fim de montarem no gabinete de trabalho do almirante Américo Tomás a aparelhagem necessária à transmissão que o chefe de Estado viria a dirigir ao país, a propósito da doença do prof. Oliveira Salazar [...] Às duas dezenas de elementos das referidas brigadas destacadas para a cobertura do acontecimento principal que se avizinhava pela rádio e pelas câmaras da televisão e do cinema juntaram-se, mais tarde, os fotógrafos da Imprensa portuguesa e estrangeira, aglomerando-se todos no gabinete do presidente⁶.

Desde a exoneração de Salazar, era frequente encontrar jornalistas à porta da casa de Caetano, que se tinha tornado num dos *hot places* da conspiração política lisboeta, palco de inúmeras reuniões com políticos destinadas ao recrutamento do novo Governo. Daniel Ricardo, jornalista de *A Capital*, confirmou esta prática:

Após Américo Tomás [Presidente da República] ter demitido Salazar, o chefe de redação, Maurício de Oliveira, mandou-me estacionar na rua Duarte Lobo, em Alvalade, onde residia o Marcelo, para tomar nota das movimentações ligadas à formação do novo governo e fazer as entrevistas possíveis. Uma das pessoas que aceitaram falar comigo foi um tal Silva Pinto, que viria a ser subsecretário de Estado das Obras Públicas. Fartou-se de dizer mal do Salazar. “A censura não vai deixar sair nada disto”, disse-lhe eu, olhando, cheio de pena, para os meus apontamentos. “Mas qual censura?”, reagiu ele, com uma indignação que me pareceu sincera. “Com o prof. Marcelo Caetano não

5 *DN*, 28 de setembro de 1968, p. 1.

6 *DN*, 27 de setembro de 1968, p. 9.

haverá censura, acredite.” Houve, de facto, uma certa abertura, no início. Os jornais até tiveram autorização para publicar *cartoons* políticos, mas foi sol de pouca dura⁷.

Quando *A Capital* assinalou o seu segundo aniversário, em 21 de fevereiro de 1970, deu a palavra aos repórteres para recordarem alguns momentos mais significativos. Alves Fernandes seleccionou o momento da passagem de testemunho de Salazar para Caetano, justificando que

foi um facto importantíssimo, pois um novo chefe de governo em Portugal não é vulgar, como sucede frequentemente noutros países, nos quais são constantes as crises ministeriais devidas a circunstâncias que entre nós não se verificam praticamente desde o segundo quarto de século [...] Um interesse invulgar sacudiu a maioria do povo português, despertando-o da longa hibernação política. Mesmo alguns sectores oposicionistas chegaram a compartilhar da abertura preconizada e da parte de homens influentes do regime houve grande actividade política. É um facto inequívoco: durante dez dias, Portugal teve política palaciana, como há muito não se verificava⁸.

No dia 29 de setembro de 1968, o *DN* revelava que “o Presidente do Conselho saiu de casa cerca das 10 horas acompanhado pela secretária e escoltado pelos jornalistas”. A peça, incluindo uma fotografia onde se viam os dois entrando para o automóvel, explicava que, nesse primeiro dia de trabalho, “os jornalistas seguiram o mais discretamente possível os passos do prof. Marcelo Caetano que, aliás, tem sido da maior simpatia, benevolência e compreensão com os representantes da informação, cujo labor bem conhece”⁹.

Marcelo Caetano conhecia as exigências da profissão de jornalista, embora tivesse frequentado, na juventude, as redações de periódicos muito particulares (sobretudo, *A Voz* e o *Jornal do Comércio*), mais na qualidade de colaborador e cronista do que na de redator com

7 Entrevista pessoal.

8 *A Capital*, 21 de fevereiro de 1970, p. 6. Alves Fernandes descreve como os jornalistas acompanharam o compasso de espera entre a exoneração de Salazar e o anúncio do novo elenco governativo: “Seguiram-se dias de consultas, não só aos membros do Conselho de Estado, como a outras figuras de relevo nos campos civil e militar. As reuniões não se efectuaram apenas em Belém. Decorreram em gabinetes ministeriais, em salas de grandes empresas, em hotéis, em instalações de Comandos, nalgumas residências e na própria casa de saúde da Cruz Vermelha, onde o dr. Oliveira Salazar se encontrava em estado de coma [...] Os jornalistas, entre os quais nós, acompanhavam há uma semana essa actividade — e não tiveram qualquer surpresa, mesmo relativamente às pessoas que se iam avistando com o futuro presidente do Conselho de Ministros.”

9 *DN*, 29 de setembro de 1968, p. 7. Na edição do dia anterior, o jornal valorizou a “costela jornalística” de Marcelo Caetano, recordando que o governante foi “redactor principal da revista de jurisprudência *O Direito*, fundada por José Luciano de Castro, na qual publicava com frequência artigos doutrinários, pareceres e notas de jurisprudência. Em 1947, assumiu a direcção da citada revista, cujo centenário foi comemorado em Maio do ano corrente. Durante o almoço comemorativo, a que o *DN* se associou com a presença do seu director, dr. Augusto de Castro, afirmou: ‘Já lançado na carreira jurídica, iniciei a colaboração em *O Direito*, tão necessária foi sempre à minha vida intelectual a respiração pela Imprensa.’ Também para o actual director, como sucedera com o ilustre fundador de *O Direito*, a revista constitui um derivativo do jornalismo e prolongou a experiência recolhida nas redacções dos quotidianos”.

responsabilidades diárias. A passagem pelo jornalismo marcou seguramente a construção da sua personalidade e influenciou traços da sua identidade pública e profissional. No livro *Minhas Memórias de Salazar*, que é também um belo relato autobiográfico, refere uma incursão precoce num jornal de vida breve, o *Ideia Nacional*, cuja redação chegou a ser chefiada por Pinto Quartín e do qual Marcelo faz uma deliciosa descrição, no jeito pícaro dos livros de memórias escritos por jornalistas:

Nesses ambientes boémios, frequentados por literatos e excêntricos, tão contrastantes com a formalidade da Faculdade de Direito onde viria a trilhar um percurso brilhante, o jovem estudante integralista desenvolveu uma costela humorística, cultivou o gosto pela polémica política e aprimorou os seus razoáveis dotes de escritor, bem patentes na descrição sucinta e certa que fez de algumas personagens do meio jornalístico, como o conselheiro Fernando de Sousa¹⁰, ou o Padre Terças, que o convidou para escrever para *A Voz* artigos destinados a manter viva a chama de duas campanhas que ele julgava deverem ser missão de um jornal decente: a campanha contra o analfabetismo e a campanha contra o alcoolismo¹¹.

A descrição que Marcelo Caetano faz de *A Voz*, no longínquo ano de 1926, onde chegou a estar na redação diariamente, sob a chefia de Pedro Correia Marques, é a de um jornal precário, onde se mantinham os velhos hábitos notívagos das *folhas* novecentistas: o diretor chegava por volta das 10 da noite, cavaqueava durante duas horas com visitantes e com os redatores, “para saber novidades e fazer o ponto da situação” até que, cerca da uma da manhã, chamava alguém para o ouvir ler em voz alta o artigo de fundo que entretanto escrevera.

A abundante descrição publicada pelo *DN* no dia 29 de setembro de 1968 sobre os passos dados pelo presidente do Conselho revela que este era seguido pelos jornalistas desde manhã cedo:

Os jornalistas manifestaram interesse em registar os momentos que precediam o começo do seu primeiro dia de trabalho. Com o seu característico sorriso, acedeu facilmente. Depois, foi a *perseguição* até S. Bento. E quando todos julgavam que o Presidente do Conselho iria entrar pela porta principal da Assembleia Nacional, viram o automóvel sumir-se pelo lado esquerdo, junto à sentinela. Seguiu-se uma corrida através das escadas, subidas a quatro e quatro, a fim de o alcançar à entrada do seu gabinete, no segundo andar. O prof. Marcelo Caetano acolheu afavelmente a falange

10 Conselheiro Fernando de Sousa, oficial de engenharia com a patente de tenente-coronel, era diretor do jornal, onde escrevia sob o pseudónimo *Nemo*.

11 Ver Caetano (2000, p. 111). Marcelo acrescenta, com graça, que o seu antecessor nessa árdua luta, o jornalista Guilherme de Ayala Monteiro, “ao cabo de algumas dezenas de artigos antialcóolicos verificou que só embriagando-se era capaz de ter alguma nova ideia para escrever mais um. Daí que, por honestidade, pedisse para sair da liça”.

da informação, sendo *bombardeado* com perguntas (a que não respondeu) e com os *flashes* dos fotógrafos e da televisão, que suportou estoicamente. Por fim, interrogou:

— Quando acaba esta luta?... Agora vão deixar-me trabalhar!

O presidente do Conselho sabia que o momento mais interessante do dia era registar a sua entrada no gabinete e ambiente de trabalho. O *DN* descreve como se prestou à encenação:

Amavelmente, sentou-se à secretária e, enquanto tomava algumas notas, deixou-se fotografar e filmar. A seguir conversou com os drs. Silva Teles e Costa Freitas, que eram os secretários do prof. Oliveira Salazar. Também apareceu à porta o dr. Paiva Brandão, muito surpreendido (agradavelmente) com o que se passava. Por fim, a *luta* acabou. Satisfeitos, os jornalistas retiraram-se. Eram 10 e 30¹².

A primeira pessoa que Marcelo Caetano empossado recebeu, e não deixa de ser elucidativo acerca da prioridade que pretendia conceder à informação, foi César Moreira Baptista, que transitou (na prática, acumulou) do Secretariado Nacional de Informação para a Presidência do Conselho:

De manhã, o chefe do Governo trabalhou com o subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, dr. César Moreira Baptista. Momentos antes de dar entrada no gabinete do Presidente do Conselho, o dr. Moreira Baptista estivera no Secretariado Nacional de Informação a despedir-se dos funcionários, tendo proferido uma breve alocução em que salientou que as suas novas funções não o afastavam dos contactos com o SNI¹³.

A forma aberta como Marcelo Caetano lidou com os jornalistas na sua estreia no exercício das novas funções impressionou vivamente os redatores do *DN*, que voltaram a mencionar o tema no final de um texto relativo à mensagem dirigida ao Brasil:

Durante o período de cerca de meia hora em que estive com os jornalistas no seu gabinete, o prof. Marcelo Caetano deixou mais uma vez transparecer a sua simpatia e compreensão pelo papel da Imprensa. O ambiente que se respirava na sala era de mútuo entendimento. Na secretária sobressaía um tinteiro duplo, uma pasta de cabedal e um mata-borrão tipo *tanque*. A impecável arrumação traduzia um sentido de ordem e de metódica simplicidade no trabalho. [...] Aproveitando a presença de jornalistas brasileiros, a quem momentos antes entregara uma mensagem especial

12 *DN*, 29 de setembro de 1968, p. 7.

13 *DN*, 29 de setembro de 1968, p. 7.

dirigida ao país irmão, declarou: “Tenho pelo Brasil o maior apreço e admiração mas em primeiro lugar estão a Imprensa e os jornalistas de Portugal” [...] afirmou depois que tem tanto que fazer que espera que os jornalistas tenham também por ele a mesma compreensão que ele tem pelo papel da Imprensa¹⁴.

É necessário contextualizar este relato no tom geral do jornalismo da época, pautado por um modelo de interação de enorme deferência e distância entre os jornalistas e as figuras públicas. A formalidade no trato refletia-se numa linguagem pomposa, descritiva e adjetivada, ainda distante do código de escrita jornalística que recomenda um relato conciso e objetivo dos factos ordenados segundo a sua atualidade e interesse público.

Estas características eram ainda mais expressivas em géneros como a reportagem e a entrevista. Estas últimas eram normalmente *editadas* segundo um modelo de redação que tendia a valorizar mais a própria situação comunicativa do que os conteúdos abordados durante a conversa. O texto seguia uma ordem cronológica e, quando o contacto com o entrevistado era considerado *inédito*, podia começar com a saída do jornalista da redação, prolongar-se na enumeração dos percalços do caminho, continuar na descrição pormenorizada dos detalhes visuais e sonoros do espaço da conversa, dar conta das palavras amáveis trocadas durante a apresentação mútua e, lá para o quarto ou quinto parágrafo, iniciar então a sequência das perguntas e respostas formuladas.

As reportagens e as notícias mais desenvolvidas eram igualmente redigidas segundo um estilo *aliteratado*, combinando a descrição visual dos espaços e psicológica das personagens com a narração dos factos. Era um tempo em que as páginas dos jornais se apresentavam como *lençóis* e, portanto, havia sempre infindáveis linhas à disposição de prolixos jornalistas; se o assunto era escaldante os chefes pediam aos redatores para *molharem a prosa*; as reportagens diziam-se *sensacionais* e eram publicadas em várias edições sucessivas, como se fossem folhetins à moda do século XIX, explorando os aspetos humanos, dramáticos ou espetaculares apreciados pelos leitores.

Este *modus operandi* produzia, por vezes, belas páginas de jornalismo literário. Como sublinhou Abílio Marques Pinto, chefe de redação de *O Primeiro de Janeiro*, “o jornalismo era artesanato puro. As notícias eram *cavadas* uma a uma e resultavam em *peças* únicas. O jornalista tinha de ir procurar a informação, obtê-la e trabalhá-la segundo as suas capacidades”¹⁵.

14 DN, 29 de setembro de 1968, pp. 7-9. Marcelo Caetano não cumpriu a promessa de privilegiar a imprensa portuguesa. A sua primeira entrevista na qualidade de primeiro-ministro foi concedida ao *New York Times* e só depois ao *Diário de Notícias* (excluindo a conversa concedida ao *Jornal do Congo*, durante a visita efetuada a Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que teve alguma repercussão porque a imprensa *da metrópole* a reproduziu amplamente).

15 Entrevista pessoal.

Um sopro de renovação no jornalismo político

Em matéria de tratamento da política, as redações dos jornais portugueses deste período estavam envelhecidas e debilitadas, confiadas ao trabalho de *corte e cola* dos *telexes* do SNI e da Arcada, à transcrição obrigatória das notas oficiais e dos discursos proferidos em atos oficiais. Eram tarefas burocráticas que dispensavam quaisquer rasgos criativos e não justificavam a competição por uma informação que, de qualquer modo, seria sempre igual para todos. No caso dos redatores que trabalhavam para duas empresas, uma prática de acumulação de empregos pacífica e corrente, bastando para tal que os horários fossem conciliáveis, era habitual escreverem sobre o mesmo assunto e, com frequência, exatamente da mesma maneira para os dois jornais.

No *Diário de Lisboa*, por exemplo, as reuniões camarárias da capital — um dos serviços de rotina na área política — eram acompanhadas por um velho redator chamado Félix Correia. Pedro Foyos que se estreou no início dos anos 60 na *República* com apenas 15 anos, ou Ruben de Carvalho, também estagiário em *O Século* no mesmo período, contaram como aquele já velho jornalista apontava as suas notas em folhas de papel químico, que depois distribuía generosamente pelos jovens que chegavam atrasados às ditas assembleias.

Entre os jornalistas, que até ao final da década de 1960 não ultrapassavam os 400 habilitados com carteira profissional, reinava uma grande camaradagem, constituindo um grupo mais cooperativo do que competitivo. Afonso Serra, atual decano dos jornalistas portugueses, na altura redator no diário católico *Novidades*, referiu-se à classe como “uma confraria”.

Roby Amorim, redator de *O Século*, apontou como, nalguns casos, tanta cooperação podia tornar-se enervante para um repórter brioso, como ele, que achando ter recolhido para o seu jornal uma grande *catcha*, descobria no dia seguinte que o chefe de redação havia partilhado a informação com o “confrade” do jornal concorrente¹⁶.

Em 1973, o *Diário Popular* anunciou com pesar a morte de Francisco Rodrigues, repórter “desde as primeiras horas”, ou seja, desde a fundação do jornal, em 1942. O seu perfil dá-nos conta do que seria, naquela época, o *retrato-robot* de um repórter:

Servido por imaginação e um entusiasmo transbordantes, o nosso saudoso camarada colheu numerosos êxitos no campo da reportagem noticiosa, para a qual possuía atributos valiosos e uma rara intuição. Essas qualidades permitiram-lhe ocupar um dos primeiros lugares no chamado serviço do exterior [...] Para os mais novos, foi um companheiro leal, proporcionando-lhes, com um

16 Entrevista pessoal. Roby Amorim lembrou o caso de um incêndio, do qual apenas ele e o fotógrafo de *O Século* tinham feito a cobertura. No dia seguinte, a notícia do fogo, incluindo as respetivas fotografias, estavam também na primeira página do *Diário de Notícias*.

bom sentido de camaradagem, a entrada no mundo árduo do trabalho do jornal, facultando-lhes nomes e estabelecendo os contactos com informadores pessoais, muitos amigos que ele conhecia e que lhe permitiam penetrar em numerosos lugares e obter informações difíceis de colher — o que ele conseguia, às vezes, com um simples telefonema. A sua agenda de bolso era uma lista telefónica em miniatura, recheada de números que constituíam um precioso auxiliar do seu trabalho¹⁷.

Além das tarefas de *reportagem noticiosa*, uma expressão cuja ambiguidade diz muito sobre a indecisa imprecisão dos géneros jornalísticos praticados, o texto revela que Francisco Rodrigues “durante muitos anos foi também o repórter parlamentar do *Diário Popular*, tendo feito numerosos amigos entre os deputados à Assembleia Nacional, em sucessivas legislaturas” (serviço que acumulava trabalhando na delegação lisboeta do *Jornal de Notícias*).

Na década de 1970, alguém com este perfil de repórter-informador forjado na tarimba já não faria reportagem parlamentar. Tanto os jornais apoiantes do regime como os mais re-
cetivos às propostas da oposição passaram a enviar para a Assembleia jornalistas com maior literacia e capacidade analítica, capazes de perspetivarem os discursos e intervenções dos deputados dentro de um contexto político mais alargado.

Fialho de Oliveira é um exemplo extraordinário de acumulação de funções em jornais muito diferentes, uma situação que só era possível porque, praticamente até ao fim dos anos 60, a reportagem parlamentar se resumia a recolher cópias dos discursos, dos quais extraíam longas passagens. A própria Câmara, sendo muito homogénea, com os deputados alinhando todos pela mesma bitola, era profundamente redundante e não criava quaisquer polémicas.

O jornalismo parlamentar era tão *incolor* como a Assembleia Nacional era garridamente da mesma cor política, daí que fosse perfeitamente possível para um homem com a agilidade mental (e física, porque tinha de correr muito e dormir pouco!) de Fialho de Oliveira fazer, a partir de 1956, a cobertura para o *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional; para o *Diário Ilustrado*, jornal inovador, propriedade de dois empresários ligados ao comércio do vinho, os irmãos Manuel e Marcelino Correia, com uma redação jovem e maioritariamente de esquerda, chefiada por Miguel Urbano Rodrigues; e ainda para o *Diário de Notícias*.

Aquele jornalista fazia, aliás, um brilharete impossível para quem não tivesse, como ele, os contactos necessários:

O *Diário Ilustrado* saía à uma hora da tarde. Como as sessões começavam às três, tinha de fazer a Assembleia baseado em previsões. Acontecia que eu conhecia os deputados todos e, portanto, de manhã telefonava ao conselheiro Albino dos Reis [presidente da AN] a perguntar: “Senhor presidente, quem é que pensa que vai falar hoje?” Lembro-me que uma vez fui à Costa da Caparica de

17 *Diário Popular*, 6 de janeiro de 1973, p. 11.

manhã, onde ele andava a passear com o neto na praia, e foi aí que ele me indicou mais ou menos as intervenções... Tinha boas fontes de informação porque estava lá há alguns anos, já fazia aquilo para o *DN* e para o *DI* e conhecia aquela gente. Depois do Albino dos Reis me dar os nomes dos deputados, ia a casa deles. Uns chegavam de comboio, outros estavam alojados na pensão ou no hotel... eu sabia onde eles estavam! Não havia telemóveis, portanto tinha mesmo de ir ter com eles, pedia-lhes os discursos, selecionava três ou quatro e escrevia a peça para o *DI*. Acontecia às vezes, quando íamos a meio da sessão, aí pelas cinco horas, reparava que faltava algum dos deputados falar e pensava: “Estou tramado! Desta vez falhei, o jornal fica mal visto.” Pegava num bilhete, chamava o contínuo e escrevia: “Falta falar sicrano.” O contínuo levava o bilhete ao secretário, o secretário mostrava ao Albino e, daí a bocado, estava a falar o homem em causa¹⁸.

Fialho de Oliveira substituiu Costa Júnior no cargo quando este foi promovido a chefe de redação do *DM*, e o mesmo sucedeu no *DN*:

Quando o José Ilharco foi para subchefe de redação, precisou de alguém para fazer a AN e foi por intermédio dele que eu entrei. Não havia ninguém no *DN* com essas características, eu diria de confiança política, para não arranjar problemas. Tratava-se de saber o que se podia dar, a chamada autocensura. Se fosse para lá um jornalista que não tivesse essa noção, era uma carga de trabalhos¹⁹.

A marginalidade política da Assembleia Nacional, considerada uma arena recuada onde decorriam os jogos da terceira divisão da política, contagiava também o estilo da reportagem parlamentar, reduzida à seleção das passagens mais relevantes dos discursos do dia. Sem o apoio de outros géneros de suporte, como o comentário, a crónica²⁰, ou artigos mais analíticos, a leitura destes textos resultava desgarrada, enfadonha, o mero cumprimento de um dever protocolar imposto pela chefia de redação.

Ainda hoje os antigos repórteres parlamentares se queixam do suplício que representava a leitura das resmas de páginas de discursos desprovidos de relevância e conteúdo político. Fialho de Oliveira tinha uma técnica para aligeirar a tarefa: “Nunca lia as primeiras duas páginas, que eram sempre de elogio ao Salazar, nem as últimas duas, destinadas aos agradecimentos”²¹. Este jornalista reconheceu que, ao serviço do *DM*, tinha menos liberdade de escolha, ao passo

18 Entrevista pessoal.

19 Entrevista pessoal.

20 O *DN* começou a ter uma crónica parlamentar semanal designada “Tribuna de Imprensa” a partir de 1965, bem como *O Século*, onde existia a coluna “Os Passos Perdidos”. Os jornais mais liberais sentiam-se pouco motivados para apostarem nestes espaços que a censura rapidamente liquidaria. A *Capital* criou, na década de 70, uma coluna chamada “À Margem da Sessão”, que dava informação sobre aspetos decorridos fora do plenário, por vezes até humorísticos, mas com significado político.

21 Entrevista pessoal.

que no *DN* já se sentia dispensado de transcrever todos os discursos praticamente na íntegra, podendo então selecionar extratos curtos que apontavam para os aspetos mais concretos, isto é, para a *realidade* e para o *concreto*, matéria-prima dos factos jornalísticos.

Os antigos repórteres parlamentares com quem falámos acionavam os critérios jornalísticos mais operativos para o jornal em que trabalhavam: *O Primeiro de Janeiro*, por exemplo, destacava as intervenções versando sobre problemas da região Norte do país. De uma forma geral, os jornalistas protegiam-se da excessiva retórica das intervenções no plenário, valorizando aquelas que decorriam no período antes da ordem do dia, por regra centradas sobre diversos problemas locais e, nessa medida, passíveis de serem mais consentâneas com a realidade do país.

A consulta ao espólio de Norberto Lopes, diretor do *Diário de Lisboa* até 1968 e um dos poucos jornalistas que assinavam uma respeitada coluna de opinião — a “Nota do Dia”, publicada diariamente na primeira página do *DL* —, revela como ali se encontram inúmeros cartões de deputados, agradecendo-lhe o facto de ter mencionado as suas intervenções na “Nota do Dia” ou noutros espaços do jornal.

Mesmo num regime de relativo anonimato dos deputados e relativa homogeneização dos relatos parlamentares, aqueles reconheciam os jornalistas como interlocutores importantes para validarem as suas estratégias de construção de visibilidade pública, que certamente lhes seria valiosa para verem alguns dos seus “pedidos” atendidos pelo poder central e assim aumentarem o prestígio junto dos seus “eleitores”. Existia um pseudojogo democrático que dava alguma consistência às trocas simbólicas entre jornalistas e deputados e inscrevia entre estes grelhas diferenciadas de valoração que pautavam os comportamentos recíprocos.

Em ocasiões de maior dramatismo da vida política, as diferenças entre as coberturas jornalísticas dos mesmos acontecimentos chegaram quase a extremar-se, o que demonstra como o regime de censura nunca conseguiu colmatar as brechas por onde os jornais definiam as suas fortes e diferenciadas identidades culturais. Fialho de Oliveira deu-nos um exemplo paradigmático, ocorrido durante as eleições presidenciais de 1958, um dos momentos mais fraturantes da sociedade portuguesa pré-democrática:

A campanha do Humberto Delgado tinha a sede ao lado do Hotel Avenida, era tudo aos gritos. Toda a gente gritava, a começar pelo Delgado, e via *pides* em todo o lado, em cima das árvores, pendurados nas janelas... Fiz também a cobertura da campanha do Arlindo Vicente, candidato apoiado pelo PCP mas que, curiosamente, era advogado da ANI, do Dutra Faria. Ali era a calma, falava-se [...] Houve uma sarrafusca ao pé do INE, perto da estátua do António José de Almeida, veio a polícia que dispersou os manifestantes com gases, fugiu tudo [...] O Delgado refugiou-se num primeiro ou segundo andar de um prédio de esquina, fui atrás dele e, quando ia a entrar, ele grita-me: “De que jornal é?” Respondi-lhe: “*Diário Ilustrado*.” Mas fiquei gelado. Porque a carteira profissional dizia *Diário da Manhã*. Então disse-me: “Do *DI*, pode entrar!” E entrei.

Embora trabalhasse em simultâneo para os dois jornais, Fialho de Oliveira salienta as diferenças: “Chegava ao *DM* com informações sobre o Delgado e diziam-me: “Não interessa nada.” No *DI* diziam: “Queremos mais.” Era completamente diferente e difícil de fazer. Andava sempre exausto, dormia em todo o lado”²².

O jornalismo político durante o marcelismo

O ambiente nos jornais na transição da década de 60 para a de 70 é muito vincado pela tensão entre a *velha* tradição jornalística, cuja continuidade era assegurada pela permanência dos redatores mais antigos e pela ausência de modalidades de formação profissional alternativas à *tarimba*; e uma *nova* geração de repórteres licenciados ou com frequência universitária que, além de uma inclinação política de esquerda forjada nas lutas académicas ou no progressismo católico, levaram para as redações um interesse renovado pelos temas da cultura e da sociedade.

Ao contrário da maioria dos seus improvisados mestres, os repórteres mais jovens sabiam línguas estrangeiras e seguiam atentamente a atualidade internacional através de alguns jornais ou dos *telexes* das agências noticiosas Reuters, France Presse e United Press, onde também aprendiam a escrever *leads* em vez de *narizes de cera*; ouviam música *pop*, *rock* e *jazz*; inspiravam-se mais em Hemingway do que em Camilo para escrever; e projetavam no jornalismo um desejo de intervenção cívica, ideal fundador do *ethos* da profissão, mas do qual a geração anterior, por cansaço ou resignação, já tinha desistido.

É importante assinalar que a geração que emerge neste período histórico não podia deixar de sentir uma certa orfandade política. Em termos doutrinários, a longa duração do fascismo quase impedira a existência de *pais* políticos e os *avós* republicanos, muitos deles com ligações ao jornalismo, estavam em acelerada extinção. Desta atmosfera fúnebre nos dá conta Raul Rego no seu *Diário Político*, relativo ao ano de 1969:

Anuncia-se ter morrido no Porto Santo, há dias, o antigo ministro das Finanças do governo do Dr. José Domingos dos Santos, dr. Pestana Júnior. Conhecemo-lo só no fim da vida, na altura em que estava a ser julgado, no tribunal plenário de Lisboa, seu filho, o major Vasconcelos Pestana. Com ele eram julgados todos os participantes na revolta de Beja [...] Com Pestana Júnior desaparece mais um dos homens que tiveram responsabilidades de poder na República. Ficam apenas meia dúzia, quase todos maiores de 80 anos [...] Vai desaparecendo o passado a que ninguém quer

22 Entrevista pessoal.

voltar, mas que não deixa de ter lições válidas, como sejam a limpidez de intenções e o respeito pelas liberdades individuais²³.

A renovação dos quadros vinha acontecendo nos jornais desde meados da década de 60. Ocorreu de forma lenta, jogando-se nas margens estreitas impostas pela censura e plena de contradições. Com frequência, jovens jornalistas trabalhando em jornais mais progressistas continuavam replicando os formalismos antigos, como no exemplo seguinte, retirado de *A Capital* de 1971, em que uma prática relativamente inovadora — a entrevista a um político, ainda que de segunda linha, sobre problemas da atualidade — surge imersa num espesso caldo de opaca retórica:

Opiniões do dr. Ulisses Cortês são sempre recolhidas com justificado interesse. Antigo ministro da Economia e das Finanças, presidente da Caixa Geral de Depósitos e, actualmente, presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional, o dr. Ulisses Cortês tem acompanhado, com o seu espírito esclarecido, toda a evolução político-económica das duas últimas décadas e é hoje, sem dúvida, aquilo a que vulgarmente se chama uma voz autorizada. *A Capital* quis ouvi-lo neste momento particularmente delicado que vivemos — quer sob o aspecto político, quer sob o económico e social — e julgamos que, ao recolher as suas opiniões, prestamos um serviço em prol do esclarecimento, perante a opinião pública, de alguns dos mais momentosos problemas nacionais²⁴.

O “novo estilo” de Marcelo Caetano será louvado em várias ocasiões nos jornais e, segundo Daniel Ricardo, justificou o *assédio* mediático de que foi alvo depois da sua nomeação para presidente do Conselho de Ministros:

Embora não lhe tenha conhecido nenhum assessor de imprensa (o SNI, ou melhor, a SEIT, dirigida pelo Moreira Baptista, desempenhava, de certo modo, essa função, mas mais no plano internacional), o Marcelo foi uma importantíssima novidade, após 40 anos de Salazar²⁵.

A maioria dos jornalistas entrevistados no âmbito deste trabalho desvalorizou as mudanças ocorridas no campo jornalístico durante a era marcelista. Para José Silva Pinto, na altura redator da *Flama* e do *Diário de Lisboa*, não se verificou “qualquer mudança constitucional que alterasse a essência do regime. Este continuou a ser ditatorial, no mínimo autoritário, mantendo o partido único, a censura à informação e a polícia política, embora com nomes

23 Ver Raul Rego (1974, pp. 109-110).

24 *A Capital*, 12 de janeiro de 1971, pp. 2-4.

25 Entrevista pessoal.

diferentes”²⁶. Aquele jornalista acrescenta: “Havia por vezes alguns protestos de algumas direções de jornais mas raramente tinham qualquer efeito.” Comparada com essa censura intransigente e *surda* aos protestos irados de alguns chefes de redação e diretores de jornais, Silva Pinto até ficou com boa impressão quando teve de se confrontar com a censura militar, devido a uma extensa reportagem (25 páginas, ilustradas com muitas fotografias) que realizou sobre a guerra colonial, publicada no final de 1968 na *Flama*²⁷:

Fui a Angola em reportagem, depois de lá ter estado como oficial miliciano. Enviei o texto para o Estado-Maior do Exército porque, sendo uma peça que versava sobre assuntos militares, foi sujeita à censura militar. Salvo alguma omissão, penso que foi a primeira reportagem sobre a guerra colonial portuguesa em que não havia uma única menção à palavra “terrorista”. O oficial responsável pela revisão fez algumas observações mas considero que a censura militar foi mais benévola do que teria sido a censura civil²⁸.

Os jornalistas tendem a avaliar negativamente o período marcelista na medida em que, enquanto classe, de uma forma organizada, se bateram sem sucesso pelo fim da censura, objetivo central da luta política e negocial promovida pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas durante o início da década de 1970. Para quem esperava democracia e liberdade, a *primavera marcelista*, expressão aliás, cunhada depreciativamente pelo ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, um dos mais reacionários que Marcelo Caetano conservou de Salazar até à remodelação de novembro de 1973, altura em que o nomeou para presidente do Tribunal de Contas, não pode deixar de percecionar-se como um equívoco frustrante, uma mera descompressão inicial, logo seguida de novas medidas restritivas da liberdade de expressão. No entanto, defendemos a tese de que a mudança de protagonista(s) no poder e a evolução da própria conjuntura política portuguesa provocaram mudanças significativas no jornalismo que se praticava nos principais diários, com reflexos evidentes no tratamento da área política.

Este processo foi mais nítido e consistente em jornais que já tinham uma cultura redatorial de resistência ao regime, como o *Diário de Lisboa* e o *República*; em projetos com uma vocação mais comercial que se renovaram graças à intervenção de administrações mais progressistas, como o *Diário Popular*; ou em novos títulos, como *A Capital*, surgida em 1968 e que rapidamente formou uma redação jovem e bastante qualificada. Estendemos ainda esta análise a revistas semanais de informação, como a *Vida Mundial*, a *Flama* e *O Século Ilustrado*, que desenvolveram um jornalismo mais analítico e interpretativo, publicando regularmente

26 Entrevista pessoal.

27 A reportagem, assinada por Silva Pinto (texto) e Joaquim Lobo (fotos), intitulou-se “Angola: a guerra aos sete anos”.

28 Entrevista pessoal.

grandes reportagens, *dossiers* temáticos sobre temas sociais, inquéritos extensos a protagonistas e temáticas emergentes, contribuindo para a definição e perceção de certos assuntos como prementes e atuais. Foram também estas revistas que redescobriram e revalorizaram espaços noticiosos até aí considerados desinteressantes, o mais paradigmático dos quais será a Assembleia Nacional, que reconquistou alguma centralidade mediática com a entrada dos novos deputados eleitos nas legislativas de 1969, em particular os da Ala Liberal.

Muitos dos futuros líderes políticos do país, nesta altura ainda ilustres desconhecidos membros de discretíssimas correntes de oposição, internas e externas ao regime, iniciaram a construção dos seus perfis públicos justamente nesta altura, ganhando progressiva visibilidade, notoriedade e reconhecimento graças a uma cobertura jornalística suficientemente perspicaz para captar as problemáticas, selecionar os protagonistas e defini-los como interlocutores válidos, isto é, como fontes credíveis de informação pertinente. Foram os casos, nomeadamente, de Francisco Sá Carneiro, que se definiu como “social-democrata” pela primeira vez numa entrevista concedida a Jaime Gama, então jovem repórter do *República*; Mário Soares e outros oposicionistas; membros liberais dos governos marcelistas que vieram a ter responsabilidades políticas no pós-25 de Abril (casos de Veiga Simão, João Salgueiro, Rogério Martins, Xavier Pintado); intelectuais e artistas exilados, presos políticos, líderes estudantis, todos integrando uma extensa galeria de futuros proeminentes atores sociais e políticos devidamente e atempadamente sinalizados pelos jornais, para quem *podia e sabia* estar atento.

Um bom exemplo é a notícia, publicada em *A Capital*, mas também nos outros jornais, sobre a prisão de Salgado Zenha, em 1970, quando pretendia participar num colóquio sobre “política colonial”, na cantina da Cidade Universitária, em Lisboa, cuja realização tinha sido proibida pela polícia. Apesar de obrigado à transcrição da nota oficiosa da Direção-Geral de Segurança (redigida com tal profusão de pormenores que, efetivamente, quase dispensava outros comentários), o jornal intitulou a peça, destacada na página 2, além de uma chamada na primeira página, apenas com a frase: “A DGS fez várias prisões. Detido o dr. Francisco Salgado Zenha”, significando que aquele advogado já era, para os leitores de *A Capital*, uma figura suficientemente conhecida para merecer relevo e dispensar outras apresentações²⁹.

Noutro exemplo, retirado do diário *República*, o jornal lançou um inquérito sobre “opinião pública e liberdade de Imprensa” e, na edição de 30 de julho de 1971, deu grande destaque ao contributo para o debate de dois então jovens estudantes de direito, Arons de Carvalho e Monteiro Cardoso, ambos com direito a fotografia “tipo passe” (o jornal tinha dificuldades financeiras e não tinha fotógrafos no quadro redatorial) na primeira página³⁰.

29 *A Capital*, 25 de fevereiro de 1970, p. 2.

30 O *República* publicou uma extensa entrevista aos dois estudantes, onde estes discorrem sobre os vários regimes de imprensa existentes no mundo, os perigos da concentração da propriedade das empresas jornalísticas e a necessidade de salvaguardar a independência da imprensa face ao poder económico.

A criação de sinergias entre alguns jornalistas, certos interlocutores da sociedade civil com agendas pró-democracia e os leitores que viabilizavam, com a sua preferência, os projetos jornalísticos mais liberais (o *Diário Popular* era um caso de enorme sucesso, atingindo mais de 100 mil exemplares de tiragem ao fim de semana, especialmente nas temporadas em que fazia concursos cujos ricos prémios eram apartamentos ou automóveis; o *República* era o mais débil, com cerca de oito mil exemplares de tiragem; o *Diário de Lisboa* e *A Capital* eram folgadoamente viáveis, vendendo entre 50 a 60 mil exemplares por dia) abriu espaço para uma cobertura noticiosa que, sem deixar de publicar as notas oficiosas, os relatos das inaugurações e triunfantes viagens dos governantes, também dava informação sobre lutas sindicais, greves, manifestações de diversos grupos oposicionistas, iniciativas legislativas dos deputados da Ala Liberal contrárias à orientação governamental, sentenças proferidas pelos tribunais plenários...

Em simultâneo, ocorreram mudanças internas ao campo jornalístico, como o aumento da qualificação escolar dos quadros, uma maior diversificação dos perfis dos jornalistas (com a progressiva entrada de jovens universitários, incluindo mulheres) e a introdução de novas formas de gestão em algumas empresas, nomeadamente ao nível do recrutamento e formação profissional, orgânica e funcionamento das redações e introdução de melhorias tecnológicas.

A subida ao poder de Marcelo Caetano produziu, quase de imediato, uma cena política mais complexa, com a veloz explicitação das diferenças políticas existentes entre os vários grupos semiorganizados, que durante o salazarismo foram artificialmente contidas. Nos jornais estava em desenvolvimento uma recomposição redatorial favorável à captação e amplificação das novas vozes e tendências que vinham fraturando a anterior homogeneidade ideológica. Juntos, os dois movimentos reforçaram a dinâmica de mudança que desejamos valorizar.

Mais do que o alargamento do espaço concedido aos temas políticos, importa destacar uma tendência mais profunda de politização progressiva e global do jornalismo, *sintoma* do que se passava na própria sociedade. Nessa medida, defendemos que o jornalismo foi capaz, em circunstâncias difíceis marcadas pela continuada ausência de liberdades políticas e cívicas, de iniciar um gesto de religação primordial às dinâmicas sociais.

Esta tendência foi menos marcante nos jornais matutinos, como o *Diário de Notícias* e *O Século*, cujas pesadas estruturas empresariais e as históricas dependências editoriais relativamente ao poder político (ainda mais vincadas no *DN* do que em *O Século*) os resguardaram das transformações em curso e contribuíram para manter quase intocáveis antigas culturas redatoriais formalizadas e hierarquizadas, praticamente vedadas em relação a novas admissões.

Os poucos que conseguiam entrar, ainda na década de 1950, como Urbano Tavares Rodrigues (filho de Urbano Rodrigues, jornalista dos jornais *O Mundo* e *DN*) ou Manuela de Azevedo, sentiam desconforto interior, vigiados por chefias cautelosas (as quais, é justo dizê-lo, sabiam reconhecer os bons profissionais visto que ambos progrediram muito rapidamente de estagiários para a categoria de redatores) e privados da atmosfera mais livre

e criativa que encontraram na redação do *Diário de Lisboa*, para onde se transferiram na primeira oportunidade.

Mário Ventura Henriques contou ter esperado meses que o chefe de redação do *DN*, João Coito, desse seguimento ao seu pedido para estagiar no jornal, acabando por desistir em favor do *Diário Popular*.

Mário Zambujal recorda vivamente a impressão de inacessibilidade que sentia quando, muito novo, vinha do Algarve a Lisboa de comboio para visitar amigos e passava diante do edifício de *O Século*: “Que majestade!”

Abílio Marques Pinto, na qualidade de chefe de redação de *O Primeiro de Janeiro*, teve por vezes alguma dificuldade em recrutar jornalistas porque estes não se sentiam suficientemente bons para integrarem os quadros do jornal: “O *Janeiro* era uma instituição tão respeitada que metia medo às pessoas”³¹.

A geração emergente de novos repórteres *abrigou-se* maioritariamente nos jornais vespertinos, onde existiam direções mais independentes que permitiram o desenvolvimento de ambientes redatoriais profissionalmente mais estimulantes, dando liberdade e recursos aos jornalistas para descobrirem e contarem o “país real” nas suas páginas. É sintomático que, no começo da década de 70, se tenha iniciado em vários jornais uma autêntica febre de “mesas-redondas” — fazia-as *A Capital*, o *Diário de Lisboa* criou um suplemento semanal assim designado³² (razão pela qual os jornalistas encarregados da transcrição das entrevistas passaram a usar gravadores para registarem os depoimentos), *O Século* organizou um ciclo de debates que acabou por editar também em livro³³ e o *Expresso*, fundado em 1973 e do qual falaremos adiante, publicou várias sobre temas nacionais e internacionais, prolongando uma tradição que o diretor, Francisco Pinto Balsemão, já tinha iniciado no *Diário Popular*, onde foi secretário de direção³⁴.

As mesas-redondas organizadas pelos jornais traduziram a necessidade social de debate e provocaram o alargamento da base de cooptação das fontes de informação dos jornalistas. Estes selecionaram e deram protagonismo a especialistas em áreas até aí pouco

31 Entrevista pessoal.

32 Raul Rego (1974, p. 86) conta a reação da censura a uma das perguntas lançadas pelo *DL* em 1969: “Da censura chegam as provas da resposta ao inquérito lançado pelo *Diário de Lisboa*, no suplemento *Mesa Redonda*. Trata-se de uma opinião sobre qual o principal problema da vida portuguesa de hoje. As primeiras respostas eram as do dr. Melo e Castro, presidente da União Nacional, e do dr. Mário Soares. Pois foram ambas cortadas. Ao menos desta vez houve igualdade entre governamentais e oposicionistas.”

33 *Portugal 1971, Caminhos do Progresso* (1971). Nesta época, publicaram-se vários livros baseados em debates, inquéritos e mesas-redondas promovidas pelos jornais. Outro exemplo é o título *A Lei de Imprensa e os Jornalistas* (1971). A Estampa reuniu em volume os documentos compilados pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, bem como os textos apresentados no colóquio sobre a Lei de Imprensa promovido pelo sindicato e pela Casa da Imprensa, em janeiro de 1971, e ainda o texto da mesa-redonda originalmente publicado na revista *Notícia*, chefiada por Edite Soeiro.

34 Este cargo não existia antes da chegada de Francisco Pinto Balsemão ao jornal, em 1964, tendo sido mais ou menos *inventado* para integrar um jovem herdeiro (era filho e sobrinho dos dois principais acionistas, respetivamente Henrique e Francisco Balsemão) que tinha ideias e queria trabalhar, funcionando, na prática, como diretor executivo do jornal.

tratadas, criando interlocutores junto de grupos profissionais que eram praticamente invisíveis e não tinham voz pública: os representantes das profissões liberais (médicos, advogados, professores universitários, economistas, artistas) foram os primeiros a acederem ao espaço da imprensa, inicialmente para apresentar e discutir a sua própria agenda reivindicativa nos respetivos campos profissionais (foram abordados temas como a reforma das universidades, a promoção da industrialização do país, os investimentos futuros no turismo, os acordos comerciais assinados entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia, em 1972).

Estes temas rapidamente se tornaram debates incómodos para o governo, porque tocavam em muitas *feridas* (como os impactos negativos da emigração massiva, o analfabetismo ou a resistência de certos *lobbys* relativamente ao fim do protecionismo industrial) e serviram para denunciar as enormes desigualdades sociais e o atraso cultural existentes.

Uma das novidades do período marcelista consistiu na crença das vantagens políticas recolhidas de uma instrumentalização direta dos *media*. Daniel Ricardo enfatiza a duplicidade da política de informação:

Marcelo Caetano, ao contrário de Salazar, compreendia a importância dos *media* como veículos para fazer passar as suas mensagens — *Conversas em Família*, na RTP, entrevistas, perfis, cobertura de viagens triunfais ao chamado Ultramar, mas não a Londres, está claro, onde foi apupado... em casos desses, contava mais com a censura do que com os repórteres! A política de Marcelo para a comunicação social foi sempre extremamente ambígua: enquanto distribuía sorrisos pelos jornalistas, não só pôs a censura a atuar de uma forma mais inteligente, como publicou uma Lei de Imprensa draconiana em que se tentava obrigar os tipógrafos a denunciar os redatores mais ousados³⁵.

Aquele jornalista enuncia um conjunto de fatores que, em simultâneo, ajudam a explicar as mudanças verificadas no jornalismo entre finais de 1968 e abril de 1974:

35 Entrevista pessoal. Refere-se a uma disposição da Lei de Imprensa (Lei de Bases da Imprensa, n.º 5/72, e o Estatuto da Imprensa, n.º 150/72, publicados no Diário do Governo, respetivamente, em 5 de novembro e em 5 de maio de 1972). Daniel Ricardo explicita que, no regime legal anterior, “a responsabilidade pelos delitos era do autor do escrito ou da imagem e do diretor. Com a lei marcelista, passou a ser, solidariamente, do jornalista, do chefe de secção, do diretor e da empresa, bem como dos tipógrafos, quando se tivessem apercebido da natureza criminosa da publicação”. Daniel Ricardo desvalorizou as mudanças introduzidas pela política marcelista: “Rebatizou uma série de organismos e procedimentos: começou por substituir o Secretariado Nacional de Informação pela Secretaria de Estado de Informação e Turismo, dirigida por Moreira Baptista, entre cujas funções se incluía a superintendência dos serviços de censura, ou melhor, de exame prévio, como determinou que passassem a chamar-se, e do Conselho Nacional de Informação, encarregado de ‘coordenar a ação dos diversos departamentos oficiais em matéria de informação’. Nomeou um novo diretor da censura, coronel Armando Páscoa, que fora colaborador de vários jornais, designadamente do oposicionista *Diário de Lisboa*, e mandou alterar os carimbos dos censores — de *visado para visto*, de *cortado para proibido*, de *autorizado com cortes para autorizado parcialmente* e de *suspenso e retido para demorado*.”

Os jornalistas cobriam os acontecimentos, mesmo prevendo que os seus textos seriam cortados pela censura. Sobretudo os da nova geração, ainda não acomodados ao *status quo* como muitos dos mais velhos, chegavam a tomar a iniciativa de coberturas não agendadas. Encontrei uma data de jornalistas na rua Rodrigo da Fonseca, na sequência do atentado das Brigadas Revolucionárias contra o quartel-general³⁶, ali situado, apesar de a censura ter avisado as redações de que não poderia sair nada sobre o assunto (depois recuou, atendendo a que se tratava de um facto difícil de abafar). Em suma, havia *fome de notícias*, na verdadeira aceção da palavra³⁷.

Conclusão

A modernização do jornalismo político em Portugal não se reduz à subida ao poder de Marcelo Caetano. As alterações que ocorreram entre 1968 e 1974 devem ser compreendidas no contexto das transformações que já vinham acontecendo na década anterior. O período marcelista correspondeu a um aumento da clareza e da transparência do sentido das políticas relativas ao papel dos *media* na construção da opinião pública. “A política de informação de Marcelo Caetano, como aliás a natureza da sua governação, não podem ser simplificadamente confundidas com o salazarismo, ainda que tenha usado idênticos meios institucionais de poder, incluindo os de natureza repressiva”, alerta Tengarrinha (2006, p. 198).

A semelhança dos métodos está na origem da profunda decepção sentida pelos jornalistas que alimentaram expectativas de mudança, expressas no comentário de Norberto Lopes: Marcelo, para fazer acreditar que alguma coisa tinha mudado, adoptou a fórmula ambígua de “evolução na continuidade”. Mudou o nome às instituições, mas o sistema não se alterou. O Estado Novo passou a chamar-se Estado Social mas continuou a ser o que era dantes. A PIDE foi crismada de Direcção Geral de Segurança mas não abandonou os processos torcionários que usara até ali. A União Nacional disfarçou-se sob a máscara da Acção Nacional Popular mas não se afastou do mesmo espírito acanhado e hegemónico de partido único que a caracterizava. A Censura transformou-se em “exame prévio” mas continuou a exercer a mesma intolerância e a mesma estupidez de sempre³⁸.

Algo, porém, tinha mudado quando Marcelo Caetano chegou ao poder: a própria sociedade portuguesa, movida por uma dinâmica cultural que alterara mentalidades e valores,

36 Em 9 e 10 de março de 1973, as Brigadas Revolucionárias (BR), das quais faziam parte Carlos Antunes e Isabel do Carmo, levaram a cabo ações de sabotagem visando instalações militares de Lisboa: no Distrito de Recrutamento e Mobilização (DRM) n.º 1, nos serviços do Quartel Mestre General e nos Serviços Mecanográficos do Exército.

37 O *Expresso* do dia 10 de março de 1973 tituló esta notícia na primeira página: “Atentados à bomba em instalações militares de Lisboa. Dois mortos e numerosos feridos.”

38 *A Capital*, 21 de fevereiro de 1979, suplemento comemorativo do 11.º aniversário, página III.

potenciada por uma efetiva melhoria das condições de vida e das taxas de literacia da população em geral. Embora interrompida pelo Estado Novo, estava em marcha um processo de formação de uma opinião pública escolarizada e com necessidades informativas típicas já da inserção num espaço público massificado e mediatizado.

O aumento da população estudantil universitária (passou de 6000 estudantes em 1926 para 9000 em 1940, 14 000 em 1950, 20 000 em 1960 e 35 000 em 1968) teve reflexos quase imediatos na composição da paisagem humana das redações e terá seguramente também contribuído para aumentar o número de leitores de jornais, viabilizando o aumento de tiragens que acontece durante a década de 60 e consolidando economicamente as empresas jornalísticas.

O único estudo académico realizado neste período (1967) sobre esta correlação, dirigido pelo Gabinete de Estudos e Projetos de Desenvolvimento Socioeconómico (CODES) com o patrocínio da Fundação Gulbenkian, verificou que os jornais mais lidos pelos universitários eram o *Diário de Notícias* (41,2%), o *Diário Popular* (36%), o *Diário de Lisboa* (34,4%) e o *Primeiro de Janeiro* (27,4%), enquanto os menos lidos eram *A Voz* (2,5%) e o *Diário da Manhã* (1,2%), confirmando uma profunda dessintonia dos jovens mais escolarizados com o programa ideológico do regime. Mais curioso ainda é a constatação de que, a partir do segundo ano da licenciatura, o *Diário de Lisboa* “como que rouba leitores ao *Diário Popular*, tornando-se o segundo diário de maior expansão entre os universitários dos anos superiores” (respectivamente 49,8% e 37,5%)³⁹.

A estratégia de controlo e instrumentalização dos *media* encetada por Marcelo Caetano, apoiada ainda e sempre na censura mas também na instrução direta dos grupos económicos para que adquirissem posições nas empresas jornalísticas, encontra, do outro lado da trincheira, uma pequena minoria que lhe faz frente e cesuras incontornáveis até nas próprias alianças estabelecidas.

Desta situação emergem uma série de realidades que ajudam a caracterizar o período que vai de 1968 a 1974. No que se refere ao aumento do poder de alguns grupos económicos e, concretamente, ao seu alargamento à imprensa, no que poderemos considerar o primeiro grande movimento de concentração da propriedade neste sector no nosso país, deveremos ter em conta duas ordens de razões (Correia, 1997, pp. 62-68), umas situadas no próprio interior do campo dos *media*, outras de âmbito mais vasto, de natureza económica, política e ideológica.

Quanto às primeiras, a modernização dos processos de fabrico e o aumento dos custos de produção então verificados passaram a implicar maiores investimentos e mais forte capacidade económica por parte das empresas proprietárias, o que foi inevitavelmente acompanhado por um crescente recurso à publicidade. Criou-se assim o clima económico favorável

39 *Jornalismo* (Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas), n.º 3, agosto de 1967, pp. 19-20.

ao aumento de poder dos grupos maiores, visto que eram eles que detinham a capacidade financeira imposta pelas novas necessidades na indústria da imprensa. Possuir um jornal — ou vários — dava prestígio e influência, num contexto em que ganhou evidência o poder dos *media* enquanto instrumento de domínio e de controlo social, como o próprio Marcelo Caetano teve aguda consciência.

A segunda ordem de razões para a entrada dos grupos económicos na imprensa relaciona-se com a formação, que já vinha dos anos 60, de um capitalismo monopolista de Estado, com a fusão, incentivada pelo poder político, dos recursos do capital monopolista com o aparelho e os recursos do Estado. Sob o domínio do capital financeiro aliado ao capital industrial, “os grupos económica e politicamente dominantes, instalados no Estado e servindo-se dele, reforçam as suas posições, criam bastiões poderosos, em busca de condições que permitam a sua salvaguarda e a do regime” (Correia, 1997), num quadro em que a influência da imprensa sobre a formação da opinião pública ganhou grande importância.

Em dois ou três anos, a propriedade dos principais jornais e revistas mudou radicalmente, com a substituição das “famílias tradicionais” pelo capital financeiro. Nas vésperas do 25 de Abril, era esta a situação:

O Banco Intercontinental Português (Jorge de Brito) detém a Sociedade Nacional de Tipografia (família Pereira da Rosa), com *O Século*, *Século Ilustrado*, *Vida Mundial*, *Modas e Bordados* e *Jacto*.

A Caixa Geral de Depósitos, através da Companhia Portugal e Colónias, detém a Empresa Nacional de Publicidade, com o *Diário de Notícias*, *Mundo Desportivo*, *Vida Rural* e grande parte do capital do *Jornal de Notícias*.

O Banco Borges & Irmão (irmãos Quina) detém o *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *Record* e *Rádio-Televisão*.

O Banco Nacional Ultramarino e o Banco Pinto & Sotto Mayor eram, na prática, os donos do *Diário de Lisboa*.

O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e o Banco Borges & Irmão estão entre os principais acionistas de *A Capital*.

A família de Manuel Pinto de Azevedo, com ligações estreitas ao Borges & Irmão, detém *O Primeiro de Janeiro*.

No polo oposto ao dos poderosos grupos económicos com influência decisiva na imprensa estão as forças sociais e políticas adversárias da ditadura. As ações políticas contra o governo e o regime aumentam de intensidade, ocupando a luta pela liberdade de expressão um lugar central nas reivindicações dos movimentos da oposição, nos quais, para além dos comunistas, assumem contornos próprios os socialistas, os católicos progressistas, os pequenos mas muito ativos grupos de extrema-esquerda (os “esquerdistas”, segundo a retórica da época, e que sobreviveria ao 25 de Abril), os monárquicos antifascistas, sem prejuízo da existência de uma grande massa de democratas sem filiação política ou ideológica mas adversários da ditadura.

O II Congresso de Aveiro, em 1969, e as “eleições” legislativas do mesmo ano, tal como as de 1973, são marcantes nesta movimentação política — sempre com a liberdade de expressão na primeira linha das reivindicações — acompanhada, a nível social, por uma multiplicidade de lutas que exprimem o descontentamento popular, nomeadamente nos meios operários.

No final do ano de 1970 é criada a Intersindical. Entre os sindicatos fundadores encontra-se o Sindicato dos Jornalistas que, a partir desse ano, conta com uma direção eleita pelos associados composta por opositores ao regime. A contratação coletiva e a elaboração de um projeto de Lei de Imprensa (sem censura, naturalmente) constituem algumas das suas principais prioridades.

Revelam-se com mais clareza as contradições e lutas internas no regime, refletidas em promessas liberalizantes logo obstaculizadas pelos ultras, e exemplificadas, no plano das orientações económicas, pela conflitualidade, que já vinha dos anos 50, entre a continuidade das políticas protecionistas e as tentativas de abertura ao exterior (concretizadas parcialmente com a adesão à EFTA — European Free Trade Association e os acordos com o Mercado Comum). Forma-se na Assembleia Nacional a chamada “ala liberal” (na qual se destacam os deputados Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Miller Guerra, Magalhães Mota, Amaro da Costa, Pinto Leite e outros), tendo como uma das suas iniciativas mais relevantes a apresentação de uma proposta de alteração da Lei de Imprensa, que previa o fim da censura prévia e que mereceu o apoio do Sindicato dos Jornalistas. E que, convém recordar, foi chumbada na Assembleia Nacional por uma esmagadora maioria.

O aumento da importância do *político* leva a que no próprio seio do grupo profissional se acentuem as divergências ideológicas, assistindo-se a uma crescente politização da luta dos jornalistas. Um dos polos fundamentais dessa luta por direitos laborais, mas também pela progressiva emancipação política e pela dignificação de uma profissão subjugada pela censura, é justamente o Sindicato dos Jornalistas.

No plano concreto da imprensa assumem relevância alterações editoriais em *A Capital* e no *República*, sendo que o facto de longe mais saliente é a criação do *Expresso*, um semanário que se afirma como uma autêntica novidade no panorama nacional.

Os jornalistas souberam aproveitar as vantagens deste contexto histórico, que fragilizou o regime e aumentou os seus pontos de rutura. Um dos seus méritos foi o esforço para descolar o jornalismo de uma função institucionalizada de divulgação acrítica de discursos de responsáveis políticos, notas oficiosas e cobertura propagandística de eventos oficiais. Este papel continuou a ser desempenhado por alguns jornalistas, que o cumpriam rotineiramente nos jornais oficiais e oficiosos do regime. Mas houve um grande número que recusou esses serviços e contou com a compreensão e o apoio mais ou menos explícito das chefias e das direções editoriais face a essa atitude.

Em vez da transcrição dos discursos ou da recolha de comunicados nas conferências de imprensa, os jornalistas reinventaram os géneros valorizados pela retórica jornalística,

mas pouco concretizados na prática: a reportagem, as crónicas, as entrevistas. Embora também seja justo aqui sublinhar que nada disto tinha desaparecido totalmente das páginas dos jornais portugueses. A procura da verdade e a originalidade no estilo passam a ser atributos valorizados na escrita jornalística e correspondem a um período de intensa negociação de competências profissionais. A recuperação da “aura” jornalística passou, justamente, pela desvalorização de competências que até aí faziam a glória da profissão e a recuperação de outras que tinham sido esvaziadas pela sujeição à censura. No primeiro caso, estão a velocidade em encher páginas, em escrever “lençóis” de texto, em memorizar os discursos que nem sempre eram dactilografados e distribuídos aos jornalistas, em recolher no local dos acontecimentos os nomes e moradas dos protagonistas ou das testemunhas — tarefas que robotizavam os homens ou, na expressão exemplar de Afonso Serra, faziam com que as palavras “entrassem pelo ouvido e saíssem pela ponta dos dedos”.

No segundo caso, figura um registo mais interpretativo e pessoal, em que a descoberta do prazer e do poder visual da reportagem parece coincidir com a vertigem da descoberta do jornalista-autor. Urbano Tavares Rodrigues ilustra o corte com as formas de escrita do passado que, ao longo das entrevistas, ouvimos depreciativamente designar por jornalismo do “realizou-se ontem”:

O repórter que fui de início tinha que fazer as notícias conforme as orientações que me davam. Por vezes, era aviltante. Isso criou logo em mim uma raiva que foi crescendo e fez com que, quando terminei o curso com 18 valores e tive um convite para ir ensinar numa universidade francesa como leitor, me mudasse logo.

Em contraste com este sentimento, a geração de jornalistas cuja entrada na profissão precede em poucos anos ou coincide com o regime marcelista encontrou condições mais favoráveis para ficar e perseguir as suas utopias.

Bibliografia

- 3.º Congresso da Oposição Democrática de Aveiro: Teses: 7.ª Secção. (1974). Seara Nova.
- Balsemão, F. P. (1969). *Mentalização para a eficiência*. Edição do autor.
- Balsemão, F. P. (1971). *Informar ou depender?* Ática.
- Baptista, A. A. (1969). Uma aventura com *O Tempo e o Modo. Ler*, 36.
- Baptista, A. A. (1973). *Conversas com Marcello Caetano*. Moraes Editores.
- Baptista, C. M. (1965). *Informação, cultura popular e turismo*. Secretariado Nacional de Informação.
- Caetano, M. (1965). *A opinião pública no estado moderno*. Oficinas Gráficas.
- Caetano, M. (1969). *Pelo futuro de Portugal*. Editorial Verbo.
- Caetano, M. (1970). *Mandato indeclinável*. Editorial Verbo.
- Caetano, M. (1973). *As grandes opções*. Editorial Verbo.
- Caetano, M. (1974). *Depoimento*. Distribuidora Record.
- Caetano, M. (2000 [1977]). *Minhas memórias de Salazar*. Editorial Verbo.
- Cardia, M. de S. (1969). Notas breves sobre o problema da liberdade. In *II Congresso Republicano de Aveiro. Teses e documentos* (Vol. II). Seara Nova.
- Castilho, J. M. T. (1998). O marcelismo e a construção europeia". *Penélope*, 18. Edições Cosmos.
- Correia, F. (1997). *Os jornalistas e as notícias. A autonomia jornalística em questão*. Editorial Caminho.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas, do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Editorial Caminho.
- Pinto, A. C.; & Freire, A. (Orgs.). (2003). *Elites, sociedade e mudança política*. Celta Editora.
- Ferro, A. (1935). *Salazar. O homem e a obra*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Ferro, A. (1943-44). *Dez anos de política do espírito*. Secretariado de Propaganda Nacional.
- Ferro, A. (1948). *Catorze anos de política do espírito*. Secretariado de Propaganda Nacional.
- Ferro, A. (1949). *Imprensa estrangeira*. Secretariado Nacional de Informação.
- Godinho, J. M. (1971). *Lei de Imprensa. Crítica ao projeto e proposta apresentados à Assembleia Nacional e respetivos textos*. Edições Excelsior.
- Godinho, J. M. (15 de março de 1974). *Liberdade de imprensa* [Conferência]. Ordem dos Advogados, Porto.
- Lemos, M. M. (1964). *Liberdade de imprensa em Portugal. Mundo novo e universidade portuguesa. Para a formação da Europa*. Edição do autor.
- Maia, J. A. (1974). A informação em Portugal — Monopólio de uma minoria dominante e uma arma ao serviço do Governo para envenenar a opinião pública. In 3.º Congresso da Oposição Democrática de Aveiro: Teses: 7.ª Secção. Seara Nova.
- Portugal 1971, caminhos do progresso* (1971). Editorial O Século.
- Rego, R. (1974). *Diário Político*. Edição do autor.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas. (1971). *A Lei de Imprensa e os jornalistas*. Editorial Estampa e Sindicato Nacional dos Jornalistas.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas. (1971). *Declaração de voto sobre um projeto de Lei de Imprensa*. Sindicato dos Jornalistas.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas. (1971). *Projeto de ensino de jornalismo em Portugal*. Separata do boletim *Jornalismo*, II série, n.º 4.
- Tengarrinha, J. M. (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Edições Minerva.
- Ventura, M. (1974). A censura como arma de repressão política. In 3.º Congresso da Oposição Democrática de Aveiro: Teses: 7.ª Secção. Seara Nova.

Nota biográfica

Carla Baptista é Professora Associada na Universidade NOVA de Lisboa. Investigadora integrada no ICNOVA.

Ciência ID: FF1B-13F5-CE58

ORCID ID: 0000-0002-8188-3567

Scopus Author ID: 57189266192

Morada: Universidade Nova de Lisboa. Avenida de Berna, 26 — C, 1069-061, Lisboa, Lisboa, Portugal